

*revista de comunicação,
jornalismo e espaço público*

2

mediapolis

Periodicidade

Semestral

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

tema

os desafios dos *media*
de serviço público



Recensão Crítica

Andringa, D. (2014). *Funcionários da Verdade – Profissionalismo e responsabilidade social dos jornalistas do serviço público de televisão*. Lisboa: Tinta-da-china.

http://dx.doi.org/10.14195/2183-6019_2_14

Funcionários da Verdade – Profissionalismo e responsabilidade social dos jornalistas do serviço público de televisão é um livro que resulta de uma investigação de doutoramento realizada pela jornalista Diana Andringa, onde nos confrontamos com um duplo olhar metodológico: o olhar académico da investigadora e o olhar da jornalista que, depois de anos de experiência profissional, não enjeita os riscos de um regresso reflexivo ao lugar onde trabalhou, sem temer nem a memória, nem o exercício compreensivo sobre a atualidade. Para um leitor interessado na compreensão das transformações da profissão, em especial no caso português, este livro permite dois níveis de leitura. Por um lado, o resultado da investigação, tendo por base as ferramentas conceituais das Ciências da Comunicação e das Ciências Sociais e Humanas e, por outro lado, a reflexão que resulta de um saber acumulado ao longo de décadas de jornalismo. Estamos, porém, perante algo mais do que uma tentativa de pensar o vivido a partir da academia. João Teixeira Lopes, Professor do Departamento de Sociologia da Universidade do Porto, ativista do Bloco de Esquerda

e prefaciador deste livro, utiliza as palavras corretas para definir o que nos espera: «um cruzamento feliz entre jornalismo e sociologia» (p. 9). Sobre essa experiência, fala-nos a autora:

“Ao longo da minha investigação, transporte sempre comigo a memória da jornalista que ali fui [na RTP]. Não no sentido nostálgico de “nesse tempo é que era bom”, porque todo ele foi, como o de agora, de luta no interior do campo e contra os constrangimentos que o afectam. Antes, no sentido de saber que ponto o entusiasmo que sentimos em cada trabalho, a empatia pelo entrevistado, a emoção perante uma catástrofe, um bombardeamento, uma epidemia, ou a velocidade que nos é exigida, pode afectar o nosso julgamento.

Resumindo: serviu-me de instrumento de reflexão e análise para, na comparação constante com a minha experiência, poder olhar a actuação dos jornalistas da RTP, tendo em conta os postulados de Espinoza: ‘Não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender’.

Compreender – digo agora, a terminar – e compreender – me. Escrever sobre os jornalistas é, também, escrever sobre mim. É pensar-me”.

As perguntas de investigação que orientam a autora têm como ponto central a noção da responsabilidade social do jornalista que, na sua perspectiva são o esteio da legitimidade da profissão, em particular do jornalista de uma empresa de serviço público.

A noção de responsabilidade social dos jornalistas da RTP ter-se-á alterado com o fim do monopólio do Estado e da entrada de operadores privados no mercado televisivo? Se sim, em que sentido, sob que constrangimentos e com que possibilidade de resistência às lógicas das estações concorrentes privadas?

Para responder a estas questões, Diana Andringa leva-nos, num primeiro momento, por um percurso que procura estabelecer um paralelismo entre a evolução das teorias da comunicação e do jornalismo no século passado e a história do jornalismo em Portugal, demonstrando e denunciando o desfazamento entre um e o outro

mundo. Este desfasamento explica a razão pela qual, após o 25 de Abril de 1974, o jornalismo em Portugal estivesse perante o desafio de fazer um urgente *aggiornamento*, quer com a teoria, quer com a profissão, através de profundas reformas legislativas e de um novo pensamento sobre o jornalismo e a profissão.

É ainda neste contexto de cruzamento de perspectivas entre a academia e o jornalismo que somos conduzidos, de seguida, a fazer idêntico percurso, mas agora debruçando-nos em particular sobre o jornalismo enquanto profissão e dos jornalistas enquanto grupo social. Com efeito, depois de anos sucessivos de censura prévia, os jornalistas portugueses são chamados a assumir as responsabilidades inerentes à liberdade que lhes foi conferida pela jovem democracia. Nestes primeiros anos, refere Diana Andringa recuperando o pensamento de Thomas Brante, encontramos-nos em Portugal perante um grupo social que pode ser integrado no conceito de “profissões políticas”, ou seja, aquelas “em que a competência é dada não pelo grau académico”, mas pelo conhecimento da tecnologia política, “que transcende as

divisões entre departamentos e mesmo entre partidos”. Esse conhecimento advém-lhes da experiência granjeada nas associações de estudantes e nos meios da oposição que não só lhes permitirá resistir “a todas as tentativas de limitação dessa autonomia”, bem como enfrentarem as lutas que rapidamente se alastraram às redações, nos anos de 1974 e 1975 (p.54). Num “curto” espaço de 20 anos, muitos destes jornalistas enfrentarão os desafios de um jornalismo ideológico e militante dos “anos de brasa”, terão de se adaptar à função de porta-vozes das instituições, que decorre do período de normalização política que se sucedeu à Revolução e, após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, para, enfim, assumirem a sua ideologia corporativa, menos empenhada politicamente e mais aberta a aceitar as regras do mercado nos *media* e na profissão.

As profundas alterações verificadas no *aggiornamento* empreendido pela profissão entre 24 de abril de 1974 e meados da década de 90 do século passado, passam frequentemente despercebidas ao olhar geral da História sobre o jornalismo e os *media*

de Portugal conemporâneo. Esta análise só mais recentemente começou a surgir, na sequência de uma série de estudos sociológicos sobre a profissão. Entre esses estudos destacamos o publicado mais recentemente, coordenado por José Rebelo, *Ser Jornalista em Portugal – Perfis Sociológicos* (2011), de que é também devedora a investigação realizada neste livro.

É aqui que Diana Andringa revela as raízes do seu pensamento quer do ponto de vista teórico quer profissional. O pressuposto é o de que o jornalismo faz sentido num quadro de exigência de responsabilidade dos seus profissionais para com a sociedade e a democracia. Nesse quadro de pensamento, assume particular relevo a teoria da Responsabilidade Social do Jornalismo, e que teve uma das suas expressões máximas com a publicação do Relatório coordenado por Robert Hutchins, *A Free and Responsible Press*, em 1947. Esta abordagem assume particular acuidade na análise sobre o caso dos jornalistas da RTP, uma vez que, neste caso, mais do que uma questão teórica, a responsabilidade social é uma questão existencial,

suportada num contrato de concessão de serviço público de televisão e rádio.

Dar as notícias – doa a quem doer – e/ou ponderar sobre as consequências da divulgação do trabalho realizado; formar um público e/ou criar audiências; prestar um serviço à empresa onde se trabalha e/ou (in)transigir com o princípio de lealdade para com o público; conciliar convicções sobre a boa prática do jornalismo com as condições de trabalho capazes de tornarem as convicções numa realidade... eis alguns dos muitos dilemas que interpelam os profissionais da RTP.

As formas como esses dilemas se expressam e são vividos no quotidiano dos jornalistas será a grande tarefa de investigação de Diana Andringa realizada na redação do Serviço Público. Para isso, são mobilizadas quatro estratégias de análise empírica: a observação participante, as entrevistas semiestruturadas, os inquéritos e o estudo de três casos de grande cobertura mediática (o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez; o caso de Manuel Subtil que se barricou nas instalações da RTP; e a notícia sobre o pseudo-arrastão na praia de Carcavelos).

Talvez aqui nos confrontemos com alguma das situações menos conseguidas da investigação. Com efeito, a adesão ao inquérito realizado aos jornalistas parece ter sido bastante reduzida, comprometendo a sua validade. Esta componente foi de alguma forma compensada com o trabalho de observação participante, cujas referências constituem parte importante deste livro, assim como com as entrevistas realizadas. Mas se a metodologia seguida neste último caso, a da representação dos jornalistas, parece clara, o mesmo já não sucede, aos olhos do leitor, no que se refere à observação participante que carecia de uma maior explanação e discussão. Tanto mais que a investigadora que vai fazer esta observação não é somente uma investigadora com experiência profissional no jornalismo: para uma boa parte dos jornalistas da redação da RTP, trata-se ainda de uma ex-collega de trabalho que assumiu vários cargos de direção. Uma questão interessante que mereceria ser discutida em termos metodológicos seria, pois, a de se saber até que ponto este facto condicionou a obtenção de dados para a investigação.

O mesmo se poderia dizer das análises de caso realizadas. Em particular, um deles representa o regresso a uma discussão realizada pela própria Diana Andringa, num, aliás, particular momento do jornalismo crítico realizado em Portugal, denunciando um acontecimento que apenas ocorreu nos *media*: o famigerado caso do Arrastão de Carcavelos.

A jornalista e investigadora demonstra, várias vezes, estar consciente de alguns destes problemas e dos riscos neles implícitos. Mas também como se lhe reconhece do seu perfil de jornalista, as dificuldades não são motivo para a dissuadir das tarefas a que se propôs; são apenas problemas a enfrentar que urge resolver e ultrapassar.

Mais do que uma alteração do sentido da responsabilidade dos jornalistas da RTP – que continuam a pensar na sua responsabilidade para com o público no momento de produzirem as suas peças – a autora confronta-se com as lógicas sistémicas que se implantaram na redação: a pressão do tempo; o direto transformado em género jornalístico; a diminuição dos espaços físicos de encontro e de

discussão entre profissionais da mesma redação; a ausência de perspetivas na carreira profissional, que promove o individualismo e o cinismo; o poder do serviço de agenda na determinação do que é notícia...

Neste quadro, poder-se-ia dizer que a expressão que dá o título a este livro, *Funcionários da Verdade*, talvez não possa ser interpretada de forma muito elogiosa para os jornalistas da RTP. Com efeito, a funcionalização da verdade nos jornalistas talvez seja o pior que se pode esperar de uma profissão que – talvez fosse exigível – deveria ser marcada por um sentido de inquietação permanente sobre o quotidiano, que lhe advém da responsabilidade para com o público e para com a democracia.